

Avaliação da educação básica

A experiência da SME de Goiânia

GISLENE MARGARET AVELAR GUIMARÃES*

RESUMO: O artigo mostra a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia na avaliação de sistema, considerando a difusão das práticas de avaliação em larga escala atrelada às reformas educacionais. Descreve a trajetória desenvolvida pelo Núcleo de Avaliação e Pesquisa da SME e os limites e possibilidades do que se pensou, elaborou e realizou na rede municipal, enfatizando as características e os princípios da avaliação formativa.

Palavras-chave: Avaliação de sistema. Avaliação. Educação básica. Ciclos.

Introdução

As reformas educacionais fomentadas por organismos internacionais, na década de 1990, nos países da América Latina, trouxeram como elemento central de gestão as avaliações em larga escala justificadas pela ênfase ao planejamento, na busca da qualidade e da responsabilização do poder público pelos serviços educacionais prestados à população.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ao adotar, em 1995, a Teoria da Resposta ao Item (Tri), trouxe a possibilidade de comparação de resultados do desempenho dos estudantes ao longo do tempo, configurando-se, assim, a perspectiva de acompanhamento do trabalho nas escolas e dos fatores que incidem na qualidade de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2005 para “medir” a qualidade da educação pública, de certa forma difundiu a avaliação externa e a preocupação com seus resultados no âmbito das escolas públicas.

* Doutora em Ciências Ambientais. Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e professora convidada do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Goiânia/GO – Brasil. E-mail: <gisleneavelar@brturbo.com.br>.

Na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia, a avaliação da educação básica, especificamente a do ensino fundamental, teve início em 2005, no contexto de questionamentos sobre a qualidade da educação municipal, especialmente dos ciclos de formação e desenvolvimento humano (ciclos).

Este texto tem como objetivo trazer ao debate a experiência da SME de Goiânia na avaliação de sistema. Sem a pretensão de uma análise pedagógica, política ou sociológica das reformas educacionais e dos processos avaliativos a elas atrelados, traz os aspectos que evidenciam a concepção de avaliação da Rede Municipal de Educação (RME) de Goiânia e as possibilidades e os desafios de uma avaliação de sistema realizada pela própria rede de ensino.

A iniciativa de avaliação de sistema

A experiência da SME na avaliação de sistema teve início no ano de 2005, tendo em vista a obtenção de dados sobre o estágio de aprendizagem dos estudantes matriculados no ensino fundamental. A iniciativa foi decorrente dos questionamentos sobre a qualidade do ensino nas escolas organizadas em ciclos, que culminaram em denúncias e ações do Ministério Público Estadual e em debates na mídia local (GUIMARÃES et al., 2011).

A organização em ciclos foi implantada na RME de Goiânia em 1998, tendo como principais referências a Escola Plural, de Belo Horizonte, e a Escola Cidadã, de Porto Alegre (GOIÂNIA, 1998). A implantação inicial se deu em 39 escolas. Apesar da adesão oficial de cada uma, o processo foi considerado impositivo e carente de um debate mais aprofundado com profissionais, pais/responsáveis e alunos (MUNDIM, 2002). Em 2002, essa organização foi expandida para todas as escolas da RME, após a realização de plenárias com os atores envolvidos.

Com o aprofundamento das discussões acerca de diferentes concepções de ciclos (MAIDARDES, 2009) e das experiências de Belo Horizonte e Porto Alegre, a proposta inicial de quatro ciclos de dois anos, ainda no início da implantação, foi alterada para três ciclos de três anos, referentes a cada fase do desenvolvimento humano: infância, pré-adolescência e adolescência.

As alterações dos tempos e espaços, o conteúdo/metodologia e o trabalho coletivo são questões importantes na proposta de ciclos. Como forma de desenvolvimento do currículo, foi proposto o trabalho com projetos, numa perspectiva interdisciplinar e de trabalho coletivo de professores e estudantes, o que alterava a forma tradicional de pensar e trabalhar os conteúdos curriculares (GOIÂNIA, 2004; 2009a).

No que se refere à avaliação da aprendizagem, adotou-se, como princípio, a avaliação formativa, que pressupõe avaliação contínua, de modo que as intervenções nos

processos pedagógicos possibilitem o sucesso escolar dos estudantes, configurando-se como alternativa às práticas de reprovação e/ou exclusão escolar (FRANCO, 2001; FREITAS, 2003, 2007, 2009).

Como discutido em trabalho anterior (GUIMARÃES et al., 2011), as mudanças na estrutura organizacional da escola constituem um processo complexo que envolve questões objetivas e subjetivas. Nesse sentido, a implantação/implementação dos ciclos na RME foi um processo polissêmico, tendo em vista as diferentes visões de mundo, concepções de educação e de escolarização dos sujeitos envolvidos, incluindo os agentes formuladores de políticas públicas.

Em especial, pensar a promoção dos estudantes – e não a sua reprovação – como foco da avaliação da aprendizagem representou uma mudança de paradigma para os professores. A polissemia girava em torno da não reprovação, entendida por uns como progressão continuada, por outros, como progressão automática, ou, ainda, como ausência de processos avaliativos formais (MAINARDES, 2009; FREITAS, 2007). Objetivamente, a substituição da “nota” (em escala de 0 a 10) pelo registro descritivo do desempenho dos estudantes (GOIÂNIA, 1998) gerou diversos conflitos e descompassos nas práticas pedagógicas, entre eles a própria elaboração do parecer sobre cada educando, considerando seus avanços, dificuldades e possibilidades, evidenciando o caráter predominantemente classificatório da avaliação, ao propor redações específicas para alunos “fracos”, “medianos” e “bons”, bem como o caráter subjetivo dessa classificação.

Nesse contexto, tanto pela questão da avaliação quanto pela questão curricular – que propunha o trabalho com projetos –, equivocadamente, muitos educadores sentiram-se desresponsabilizados com o processo avaliativo (GUIMARÃES et al., 2011) e conseqüentemente com o processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a prevalência da avaliação informal, em detrimento da avaliação formal (FREITAS, 2003), bem como o esvaziamento dos conteúdos relativos aos conhecimentos historicamente sistematizados. Embora ocorra no sistema seriado, a progressão de estudantes com dificuldades de aprendizagem foi atribuída como uma característica inerente aos ciclos, resultando nos questionamentos, que em última análise incidem sobre a não reprovação dos estudantes.

Diante da emergência desse debate sobre a avaliação e sobre a qualidade da educação pública municipal em Goiânia, em 2005, após sete anos da implantação dos ciclos, a SME instituiu um grupo de trabalho de avaliação, a partir do qual foi criado o Núcleo de Avaliação e Pesquisa (Nap). Seu objetivo era “realizar estudos e levantamento de dados, mantendo um sistema de informações sobre a realidade da RME e implantar um processo de avaliação de sistema construído coletivamente, para subsidiar a gestão no desempenho e na melhoria da qualidade social da educação.” (GOIÂNIA, 2005).

Inicialmente, o Nap foi constituído por representantes da Divisão de Educação Fundamental da Infância e da Adolescência, responsável pela formulação das políticas públicas e diretrizes pedagógicas e organizacionais para as escolas organizadas em ciclos; das cinco Unidades Regionais de Educação (Ure), responsáveis pela implementação das propostas pedagógicas e acompanhamento das escolas; e do Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFPE), responsável pela formação continuada dos profissionais da RME. Em 2006, o Nap passou a integrar o CEFPE da RME, passando também a trabalhar com a Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos (Def-Aja) na avaliação dos educandos dessa modalidade.

No que se refere à avaliação na educação infantil, considerando-se que essa etapa não pressupõe desempenho determinado, passível de ser mensurado por um instrumento, é importante ressaltar que a Divisão de Educação Infantil (Dei) da SME tem buscado implementar e consolidar junto aos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmei) o processo de avaliação institucional. Esse trabalho tem sido desenvolvido por meio de um esforço articulado entre os apoios da divisão e das Ure e os formadores do CEFPE.

Compreende-se que a avaliação institucional deve ser realizada de forma sistemática por todas as escolas da RME. Segundo Freitas (2009), a autoavaliação das escolas possibilita a busca da qualidade negociada, além de ser um processo de consolidação da autonomia dos profissionais e das instituições.

Contudo, as avaliações externas permitem um parâmetro de desempenho em relação a outras instituições. As avaliações realizadas pelo Nap são importantes para que a SME se veja como instituição e ao mesmo tempo para que todas as escolas possam se perceber em relação à SME.

A Tabela 1 apresenta as avaliações realizadas pelo Nap entre 2005 e 2013.

Tabela 1 – Avaliações realizadas pela SME de Goiânia, entre 2005 e 2013: ciclos de formação e desenvolvimento humano

Ano	Abrangência	Alunos avaliados	Instrumento aplicado
2005	Amostragem: egressos dos ciclos I e II	7.174	Caderno de prova – interdisciplinar
	Censitária: Ciclo III (concluintes)		Produção de texto
2006	Amostragem: Concluintes dos ciclos I e III.	1.382	Caderno de prova – interdisciplinar
			Produção de texto

Ano	Abrangência	Alunos avaliados	Instrumento aplicado
2007	Censitária: Ciclo I (concluintes) Amostra: ciclos II e III (alunos avaliados em 2005)	5.792	Caderno de prova – interdisciplinar Produção de texto
2009	Censitária: ciclos II e III (agrupamentos E e I)	12.959	Caderno de prova – língua portuguesa e matemática (descritores da Prova Brasil) Produção de texto
2010	Censitária: ciclos I, II e III (exceto agrupamento A)	50.997	(corrigidos pela escola, com envio de planilhas para sistematização no Nap)
2011	Censitária Ciclo I (agrupamento C) ciclos II e III (todos os agrupamentos)	48.667	Caderno de prova – interdisciplinar Produção de texto
2012	Censitária – alunos dos agrupamentos B e C Análise por amostragem	19.578	Produção de texto
2013	Censitária – alunos dos agrupamentos E e I Análise por amostragem	15.411	Caderno de prova – língua portuguesa e matemática (descritores da Prova Brasil) Produção de texto

Fonte: Adaptado de Guimarães et al. (2012).

Como exposto na Tabela 1, a periodicidade anual das avaliações não foi possível de ser mantida, devido a uma série de fatores, incluindo a alternância de gestão e as alterações na equipe de trabalho. A partir de 2010, mesmo selecionada uma amostra para efeito de correção de produção textual e análise de resultados, os instrumentos de avaliação foram aplicados a todos os alunos do agrupamento ou ciclo avaliado.

A seguir, são apresentadas as principais características da avaliação da SME.

As características da avaliação

Os princípios que caracterizam a avaliação de sistema da SME pelo GTE de Avaliação em 2005 compreendem: a abordagem qualitativa; o caráter não classificatório; a perspectiva de participação dos profissionais que atuam nas salas de aula; a parceria com instituições de ensino superior; a publicidade dos resultados gerais das

pesquisas, preservando dados específicos dos envolvidos; e o caráter propositivo das ações empreendidas no sentido de contribuir para a qualificação dos processos educacionais (GOIÂNIA, 2005).

Assim, uma das principais características da avaliação é o seu caráter diagnóstico, uma vez que “a avaliação é um processo de produção de sentidos, entendido como um campo repleto de múltiplas referências que proporciona um conhecimento diagnóstico, revela fragilidades e possibilidades, permite intervenções e planejamento de novas ações.” (GOIÂNIA, 2005).

Um dos objetivos do Nap em sua constituição era “implantar na SME um processo de avaliação de sistema, construído coletivamente.” (GOIÂNIA, 2005). Conforme indicado em Guimarães et al. (2011), em 2005, os critérios de elaboração e aplicação dos instrumentos e de divulgação dos resultados foram definidos conjuntamente entre a equipe do Nap e os professores da RME. As definições foram: instrumento de caráter interdisciplinar, abrangendo as diversas áreas de conhecimento, contendo questões diversificadas na forma (múltipla escolha, dissertativa etc.), elaborado a partir de uma temática introduzida por um texto básico, incluindo uma proposta de produção de texto. Essas definições foram mantidas nas avaliações posteriores.

Apesar de não terem sido promovidos novos encontros antecedentes aos processos de avaliação, novas formas de participação foram buscadas, tais como fórum de discussão virtual, instrumentos de análise dos processos de avaliação e de coleta de dados sobre temas e gêneros textuais a serem abordados, e encontros com os coordenadores nas Ure para discussão dos resultados.

A criação, em 2010, do Fórum de Avaliação On-line possibilitava aos professores o acesso aos instrumentos avaliativos produzidos até então e sugerir conteúdos e tipos de questão que poderiam ser utilizadas nos instrumentos de avaliação. Contudo, o processo não teve bons resultados, provavelmente pela falta de proximidade dos professores com o ambiente virtual, além das dificuldades de constante alimentação do ambiente pela equipe.

Os instrumentos de avaliação são elaborados, seguindo os critérios anteriormente explicitados pela equipe do Nap, em conjunto com outros integrantes do CEFPE e em parceria com as divisões do Departamento Pedagógico (Depe) e das Ure, conforme a avaliação em pauta. Entre esses instrumentos, estão: cadernos de prova; documentos orientadores para o processo de aplicação e para o processo de correção e análise dos textos (planilhas de análise de produção textual); relatórios de aplicação; formulários de apreciação; e instrumentos de avaliação.

Em relação aos conteúdos abordados, conforme indicado na Tabela 1, é preciso considerar as possibilidades e os desafios de elaborar um instrumento interdisciplinar a partir de tema específico. Essa perspectiva vai ao encontro da proposta pedagógica da RME, que propõe o trabalho interdisciplinar e o trabalho com projetos, pois

possibilita a exploração de diferentes aspectos de uma determinada problemática, tais como questões relacionadas ao meio ambiente, ao trabalho e à saúde. Os temas mais sugeridos pelas escolas, conforme consulta em 2012, foram: meio ambiente, sustentabilidade, cidadania, trabalho e violência. Em relação aos gêneros textuais, figuram entre os sugeridos: fábula, história em quadrinho, notícia jornalística e poema.

Na elaboração dos instrumentos de avaliação, a partir da temática anunciada, procura-se disponibilizar aos estudantes diferentes tipos e gêneros textuais, que servem como coletânea para a produção de texto que se segue às questões de múltipla escolha. Leva-se em conta a linguagem, o tamanho e a estrutura do texto, bem como a possibilidade de exploração dos conceitos das diferentes áreas. Uma dificuldade é que as questões formuladas para avaliação da compreensão de conceitos de determinada área podem se transformar em questões de interpretação de texto. Algumas avaliações, em 2009 e 2013, incidiram sobre língua portuguesa e matemática, considerando o objetivo de familiarizar, e mesmo treinar, os estudantes com os instrumentos da Prova Brasil (GOIÂNIA, 2009b), no primeiro caso, e de diagnosticar o desempenho deles em relação às habilidades e competências requeridas nos descritores do MEC/Inep, no segundo.

Um diferencial na avaliação da RME é a avaliação das habilidades de escrita. No que se refere às propostas de produção textual, o atual debate na elaboração dos instrumentos é a exigência ou não de um gênero textual determinado previamente. Até então as propostas indicavam um tipo textual. Na última avaliação realizada pela Eaja, em 2013, solicitou-se aos estudantes a produção de uma notícia jornalística, o que foi considerado um fator de dificuldade. Contudo, mesmo que o texto produzido não esteja adequado ao gênero solicitado, ele é analisado, buscando avaliar o desenvolvimento da capacidade de escrita do educando.

As planilhas de análise textual são constantemente revisadas, para aprimorar os instrumentos e o processo de produção e análise textual nas escolas da RME. A Tabela 2 indica os critérios utilizados na avaliação da escrita.

Tabela 2 – Avaliação diagnóstica da SME: critérios de análise da produção de texto

Padrão de textualidade	CrITÉRIOS
Escrita padrão/ortografia	Apropriação da escrita alfabética
	Acentuação
	Emprego adequado de letras maiúsculas e minúsculas
	Hipersegmentação
	Hiposegmentação
	Omissão de letras
	Troca de letras
	Marcas de oralidade
Coesão	Escrita ortográfica padrão
	Emprego adequado de conectores
	Pontuação
	Concordância verbal
Informatividade	Concordância nominal
Coerência	Fidelidade ao tema
	Fidelidade ao gênero textual
	Adequação da linguagem ao gênero
	Paragrafação

Considerando os critérios apresentados, na análise dos textos são utilizados parâmetros como: sim, não, parcial; branco, cópia; sem textualidade, não observável. Dessa forma, os resultados não podem ser expressos em uma nota, o que reafirma o caráter diagnóstico e não classificatório da avaliação realizada pela SME. O que se propõe é detectar os avanços e as dificuldades dos estudantes no desenvolvimento da habilidade de escrita.

As planilhas de análise da produção textual são enviadas às escolas com um documento de orientação, que explicita os critérios utilizados e orienta o emprego dos parâmetros de avaliação, o que evidencia o caráter formativo do processo de avaliação.

Em cada avaliação realizada, todos os educandos da RME realizam a prova, contudo são definidas turmas de amostragem para efeito de sistematização e análise de dados, que varia entre 10 e 30% do total. A definição da amostra é feita sob critérios estabelecidos nos objetivos das avaliações e considerando os resultados do desempenho nas avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep).

Quanto ao processo de correção das avaliações e análise dos resultados, duas situações se apresentam: a) A correção/análise da produção de texto dos educandos da amostra é realizada no Nap, com a colaboração de professores da RME, indicados

para formar uma equipe de corretores. A participação é em si mesma um processo formativo, no qual se beneficiam tanto os profissionais técnico-pedagógicos da SME quanto os que atuam nas escolas. Além disso, os profissionais que compõem a equipe de correção participam de um curso específico promovido pelo Nap/CEFPE, que tem como foco a produção de texto e os critérios de análise utilizados. b) A análise dos textos das demais turmas é realizada pela própria escola.

As provas de múltipla escolha são acompanhadas de cartão-resposta, posteriormente tabulado pelo Nap, de forma censitária ou por amostragem, considerando o universo avaliado e os objetivos da avaliação em curso.

Os dados das avaliações são sistematizados em diferentes níveis de generalização: RME, Ure, escola, turma e alunos. Considerando o caráter não classificatório da avaliação, os resultados são divulgados por rede ou Ure, buscando-se evitar o ranking das escolas.

Os resultados gerais – por rede ou por Ure – são discutidos, desde 2011, com os coordenadores pedagógicos das escolas, em reuniões nas Ure. São momentos significativos, pois as escolas têm a oportunidade de expressar seus pontos de vista sobre o processo avaliativo e sobre os limites e possibilidades das práticas pedagógicas em cada instituição. Os resultados de cada escola, turmas e alunos são devolvidos especificamente pelos apoios pedagógicos que acompanham cada instituição e discutem o plano de intervenção pedagógica com o coletivo de profissionais.

Um aspecto a ressaltar é que, considerando a curta experiência do Nap, os resultados das avaliações no âmbito da SME são condizentes com os resultados das avaliações externas, embora com metodologias diferenciadas.

Para avaliar os processos de avaliação, foi elaborado um formulário de apreciação do processo e instrumentos de avaliação. Por meio desse instrumento, o coletivo de profissionais das escolas pode opinar sobre a divulgação, o envolvimento da comunidade escolar, a aplicação dos instrumentos, os textos escolhidos, os conteúdos abordados e sua adequação às diretrizes curriculares da RME, as questões formuladas, bem como o seu grau de dificuldade. Os dados desses formulários são tabulados e apresentados posteriormente aos coordenadores pedagógicos, por ocasião da divulgação dos resultados de cada processo avaliativo.

Avaliação de sistema?

Ao instituir um grupo de trabalho de avaliação na SME, o objetivo era “implantar um processo de avaliação de sistema” para subsidiar a gestão no desempenho do trabalho e na melhoria da qualidade social da educação pública municipal (GOIÂNIA, 2005).

A avaliação de sistema configura-se como um processo de avaliação institucional, em que são avaliados os fatores internos e externos que confluem para um dado desempenho ou uma dada situação. Assim, pode ser entendida como uma análise dos resultados do processo educacional, de determinado sistema de ensino, e dos fatores, intra e extraescolares, que concorrem para esses resultados (FRANCO et al., 2007; FREITAS, 2009).

A experiência de avaliação da SME ainda está circunscrita à aferição do desempenho dos estudantes. Embora isso seja ponto de partida para a avaliação de sistema, outras análises precisam ser realizadas. Conforme aponta o documento-base para as discussões que antecedem a Conae/2014, a avaliação é fundamental para a promoção e garantia da educação de qualidade,

não apenas da aprendizagem, mas também dos fatores que a viabilizam, tais como: políticas, programas, ações, de modo que a avaliação da educação esteja embasada por uma concepção de avaliação formativa que considere os diferentes espaços e atores, envolvendo o desenvolvimento institucional e profissional, articulada com indicadores de qualidade. É preciso pensar em processos avaliativos mais amplos, vinculados a projetos educativos democráticos e emancipatórios, contrapondo-se à centralidade conferida à avaliação como medida de resultado que se traduz em instrumento de controle e competição institucional. (BRASIL, 2013, p. 52).

As avaliações têm apontado para diferenças de desempenho entre as escolas da RME. A investigação das razões de tais diferenças é um projeto de pesquisa, que será desenvolvido pelo Nap, considerando as dimensões: gestão escolar, trabalho coletivo, currículo praticado, ambiente escolar, perfil dos professores, bem como o estudo do contexto sócio-econômico-cultural dos educandos.

O cruzamento de dados dessa pesquisa com os resultados do desempenho dos estudantes, além de significar a consolidação de uma avaliação de sistema, trará maiores subsídios para a gestão pública municipal e para a gestão escolar empreenderem esforços efetivos na busca, sempre constante, da qualidade social da educação.

Considerações finais

A experiência de avaliação do ensino fundamental na SME, mesmo com as limitações expostas, aponta para a importância da avaliação de sistema – ou mesmo o diagnóstico das aprendizagens – pensada e realizada no âmbito da própria rede de ensino.

Para além dos dados coletados, a experiência constitui um processo formativo tanto para as equipes técnicas quanto para os profissionais que atuam em sala de aula. Inicialmente vistas como ação arbitrária da gestão, as avaliações realizadas pela

SME são entendidas, hoje, como elemento para a reflexão coletiva das práticas pedagógicas.

Contudo, é preciso alargar os horizontes da avaliação na SME, com investimentos na promoção da avaliação institucional nas escolas organizadas em ciclos e nas que atendem à modalidade de educação de jovens e adultos, bem como na consolidação dessa avaliação nas instituições de educação infantil.

Da mesma forma, o fortalecimento do trabalho articulado entre os diferentes departamentos da SME e divisões do Depe, responsáveis pela elaboração de políticas públicas, pelo acompanhamento das escolas, pela formação dos profissionais e pela realização das avaliações, é imprescindível para que os dados não sejam apenas coletados, mas redundem em propostas e ações que contribuam para a superação das dificuldades e dos limites detectados.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Conae 2014 – o PNE na articulação do sistema nacional de educação**. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia_conae2014.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. São Paulo: Artmed, 2001.
- FRANCO, Creso et al. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, v. 15, n. 55, p. 277-298, jun. 2007.
- FREITAS, Luis Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- _____. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- _____. **Avaliação educacional: caminhando na contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. **Escola para o século XXI: proposta político pedagógica**. Goiânia: SME, 1998.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta político pedagógica da Secretaria Municipal de Educação**. Goiânia: SME, 2004.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. Núcleo de Avaliação e Pesquisa (NAP). **Projeto: Núcleo de Pesquisa e Avaliação da RME**. Goiânia: Secretaria Municipal de Educação/Departamento Pedagógico, 2005. mimeo.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes curriculares para a educação fundamental da infância e da adolescência: ciclos de formação e desenvolvimento humano**. Educação Fundamental. Goiânia: SME, 2009a.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. Núcleo de Avaliação e Pesquisa (NAP). **Avaliação diagnóstica 2009: relatório**. Goiânia: Centro de Formação dos Profissionais da Educação, 2009b. mimeo.

GUIMARÃES, G.M.A.; BARBOSA, G.O.; VIANNA, I.M.M.; LIBÂNIO, L.B.; GUIMARÃES, W.P.
Avaliação da aprendizagem: resultados e aplicações. In: **SME: Educação em Movimento**: Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, v.1, n.1, jul/dez 2011. Goiânia, SME, 2011.

MAINARDES, Jefferson. **Escola em ciclos**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

MUNDIM, Maria Augusta Peixoto. **A Rede Municipal de Ensino de Goiânia e a implantação dos ciclos de formação (1997-2000)**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

Recebido em maio de 2013 e aprovado em junho de 2013

Assessment in basic education *Experience of the Goiânia Municipal Secretariat for Education*

ABSTRACT: The article presents the experience of the Goiânia Municipal Secretariat for Education in system assessment, while considering the dissemination of large scale assessment practices bound up with educational reforms. It describes the path taken by the *Center for Assessment and Research* at the Municipal Secretariat for Education, and the limitations and possibilities of what it thought out, designed and undertook within the municipal network, with an emphasis on the characteristics and principles of formative assessment.

Keywords: System assessment. Assessment. Basic education. Cycle system of education.

Evaluation de l'éducation basique *L'expérience du SME de Goiânia*

RÉSUMÉ: L'article présente l'expérience du Secrétariat Municipal à l'Éducation (SME) de Goiânia, compte tenu de la diffusion des pratiques d'évaluation à grande échelle liées aux réformes éducatives, Il décrit la trajectoire développée par le *Centre d'Évaluation et de Recherches* du SME et les limites et possibilités de ce qui fut pensé, élaboré et réalisé dans le réseau municipal, en soulignant les caractéristiques et les principes de l'évaluation formative.

Mots-clés: Evaluation de système. Evaluation. Education basique. Cycles.

Evaluación de la educación básica *La experiencia de la SME de Goiânia*

RESUMEN: El artículo muestra la experiencia de la Secretaría Municipal de Educación de Goiânia en la evaluación de sistema, considerando la difusión de las prácticas de evaluación a gran escala, vinculada a las reformas educacionales. Describe la trayectoria desarrollada por el *Núcleo de Evaluación e Investigación* de la SME y los límites y posibilidades de lo que se pensó, elaboró y realizó en la red municipal, recalando las características y los principios de la evaluación formativa.

Palabras clave: Evaluación de sistema. Evaluación. Educación básica. Ciclos.